

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos atra.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e. VII e 14.

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico

Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial

Mauricio Dinepi

Dados animadores

O anúncio da recuperação financeira do País, com a queda do déficit público, na contabilidade oficial, traz em suas expressões numéricas uma tendência em consolidar o controle na execução dos orçamentos da União. Muito embora os valores ainda sejam tímidos, na reversão da tendência inflacionária, alguns segmentos básicos da economia demonstram vitalidade, concorrendo, assim, para consolidar a política adotada pelo ministro Marcílio Marques Moreira. A diferença, para mais, dada a conhecer por aquela autoridade, revela um salto de Cr\$ 2,3 trilhões nas contas governamentais, em contraposição aos parciais revelados pela equipe do Ministério da Economia. Os dados conhecidos anteriormente eram de avaliações preliminares, somente agora reduzidas às verdadeiras expressões que representam.

A preocupação maior do Governo está centrada no cumprimento das garantias oferecidas pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Até aqui houve um estouro nas cifras ajustadas junto àquela agência internacional, sem contudo comprometer a proposta brasileira de controlar as contas governamentais. O superavit primário, resultado dos deves e haveres oficiais, sem contar com as despesas relativas à dívida interna, ainda não alcançou os níveis desejados. Depois de revistos os seus parciais, o total contabilizado atingiu a casa dos Cr\$ 6,19 trilhões, evoluindo de um patamar de Cr\$ 4 trilhões.

Uma análise com objetivos de indentificar as causas eficientes dessa reversão de expectativa demonstra que o equilíbrio entre a receita e a despesa orçadas ganha consistência por conta das bases de sustentação das fontes da orçamentação federal. O encerramento dos prazos de apresentação das declarações do Imposto de Renda fechou um segmento importante na regularização dos ingressos fiscais junto ao Tesouro nacional. A arrecadação dessa rubrica tributária em

conjunto com as demais, tudo faz crer, está sendo fortalecida, com a sonegação e a evasão de rendas tendendo para uma redução substancial de parte dos contribuintes. A reforma fiscal, por seu turno, ora em vias de ser concluída no âmbito do Poder Executivo para remessa ao Congresso Nacional deverá viabilizar meio e fins para normalizar as relações das rendas e ganhos do povo para com o erário. Em termos globais a arrecadação tributária vem reagindo de forma regular, garantindo, assim mais celeridade na arrecadação bruta.

Um outro componente que contribuiu significativa para a evolução das contas públicas pode ser encontrada nos resultados alçados pela produção agrícola. A safra até aqui conhecida em seus valores totais revela excelente recuperação de fontes tributáveis cujos desdobramentos beneficiam as fronteiras rurais, com o fluxo da riqueza desenvolvendo-se com mais uniformidade pelo interior, ao levar mais ganhos para os setores produtivos agropecuários.

Estão entre nós os técnicos do FMI com o objetivo de recolher dados relativos ao desempenho de nossa economia no primeiro trimestre do corrente ano. No período que falta para concluir a metade do exercício de 1992, a realização da receita e da despesa orçamentárias deverá confirmar a evolução positiva de seus resultados, exceção feita para as metas do superavit primário, cuja operacionalidade ainda não encontrou os canais de sua normalização. O esperado é que a equipe do Fundo, em sua avaliação abrangente, reconheça o esforço das autoridades financeiras para cumprir os ajustes acertados, a partir dos indicadores que fazem confiáveis os objetivos de equilíbrio a serem perseguidos. Importa, por isso mesmo, continuar confiando na recuperação das finanças públicas. Os dados são animadores e seus pressupostos lastreados por sadio otimismo.